

# Infra-estrutura total para lotes é mantida

GAZ 26 maio 39

O Governo não vai abrir mão da exigência de infra-estrutura completa para todos os tipos de loteamentos, mas está aberto ao diálogo com o empresariado. Esta posição foi anunciada ontem através do secretário da Comunicação Social, Edmar Lucas do Amaral, minutos após a reunião ocorrida entre a diretoria da Ademi (Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário do Espírito Santo) e o governador Eurico Rezende. Os empresários pretendiam que fosse estabelecida uma diferenciação para infra-estruturas de loteamentos, segundo seu valor de mercado, mas saíram do gabinete de Eurico com a proposta — aprovada — de que será formada uma comissão paritária junto com membros da Ademi para estudar uma solução “que atenda às exigências do Governo e os interesses da classe”.

A comissão será constituída de representantes da Secretaria da Cultura e do Bem Estar Social, Cesan e Escelsa, do lado do Governo, e de três outros integrantes, ligados às imobiliárias, num total de seis membros. A primeira reunião ainda não teve data definida, mas antes disso, o governador Eurico Rezende iniciará gestões com órgãos federais visando sua participação na resolução da questão. Ainda hoje deverá estar em contato com o presidente do Banco Nacional de Habitação, José Lopes de Oliveira, que chega a Vitória.

## INTERESSE DA COMUNIDADE

Segundo os empresários ouvidos ontem, a finalidade do encontro mantido com o governador não foi convencê-lo a rever a lei aprovada pela Assembléia Legislativa no início do mês, fruto de sua mensagem, exigindo infra-estrutura completa como condição prévia à aprovação dos loteamentos pelas prefeituras. Conforme afirmaram, a intenção foi “fazer proposições para servir aos interesses do Governo, das imobiliárias e da população”.

Eles consideraram que Eurico Rezende ressaltou, durante a reunião, o interesse de defender os interesses da comunidade, mas sem prejudicar o empresariado.

Concordam os membros da Ademi que o Poder Público deve participar, também, “tentando obter recursos, na área federal para a execução das infra-estruturas em loteamentos”.

Não houve um acordo, entretanto, quanto ao percentual de Vitória na reunião, o qual, segundo diversas opiniões, foi de 90 a 100 por cento. A tentativa de mostrar que a classe não sofreu reverses foi também partilhada pelo deputado estadual Juarez Martins Leite, que participou do encontro e que fez questão de lembrar a paridade de esforços iniciativa privada-Governo, visando resolver o problema.

Um argumento a favor dessa análise encontra-se na notícia dada pelos empresários, de que Eurico Rezende quando esteve em Brasília estudou, junto com o ministro do Interior, Mária Andrezza, uma solução positiva para o caso. Outro argumento é a possibilidade de que o mesmo seja feito hoje, no encontro de Rezende com José Lopes de Oliveira.

No entanto, a posição do Governo, conforme foi definida pelo secretário da Comunicação Social, pelo menos aparentemente deixa pouca margem para negociações. A principal proposta da classe, que é a de que sejam estabelecidas diferenciações nas exigências para os diversos tipos de loteamentos, não será atendida.

Antes, a exigência será estendida a qualquer empreendimento do gênero, como forma de “diminuir o número de doenças surgidas dentre a população que habita loteamentos sem infra-estrutura” e que, segundo Lucas do Amaral, já foi constatado pela Secretaria da Saúde. A necessidade de sistemas de água, luz e esgoto, conforme disse, foi admitida inclusive pelo empresário do setor imobiliário, José Moraes, que é médico.

O secretário da Comunicação Social vê o posicionamento do Governo dentro de uma preocupação “enfática” em cooperar com as empresas, sem lhes criar obstáculos. Mas, por outro lado, considerou sua responsabilidade com a comunidade, daí o fato de só “aceitar sugestões que não alterem os princípios fundamentais da lei”.